

HABEAS CORPUS Nº 515.343 - PE (2019/0167817-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ALEXANDRE VALE DO REGO BARROS FILHO E OUTRO
ADVOGADOS : ALEXANDRE VALE DO RÊGO BARROS FILHO - PE046395
PEDRO MORAES DA COSTA NETO - PE040786
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : WESLEY RICHARDS FARIAS BARRETO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WESLEY RICHARDS FARIAS BARRETO contra decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco que indeferiu pedido liminar na origem.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 24/4/2019, em conjunto com outros 7 investigados (convertida a custódia em prisão preventiva), em razão da suposta prática dos delitos de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, receptação e associação criminosa (arts. 14 e 16 da Lei n. 10.826/2003 e arts. 180 e 288 do Código Penal).

Irresignada com a prisão preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual. O pedido liminar, no entanto, foi indeferido (e-STJ fls. 18/19).

A defesa alega, em síntese, na presente impetração, haver carência de fundamentação na prisão preventiva do paciente por ter o Magistrado de primeira instância decretado a medida cautelar extrema com base na gravidade abstrata do delito e meras presunções, distanciando-se das circunstâncias fáticas. Ressalta a ausência de individualização das condutas, ponderando que "o que se tem neste procedimento, em verdade, é o registro de uma operação policial totalmente despreparada que culminou no envolvimento de pessoas que não possuíam nenhuma relação com os ilícitos encontrados em desfavor de terceiros" (e-STJ fl. 10).

Aduz, ainda, estarem ausentes, *in casu*, os requisitos

autorizadores da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 3/17).

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem e pela expedição do respectivo alvará de soltura, ou, subsidiariamente, pela aplicação de medidas cautelares diversas, com superação da Súmula n. 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (Súmula 691/STF), o que não ocorre na espécie. A propósito:

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo.

2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal.

3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau.

4- Ordem não conhecida. (HC 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA – Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1º/10/2007).

No caso, ao que parece, o Juízo *a quo*, ao homologar a prisão em flagrante, considerou relevante resguardar a ordem pública e a instrução criminal, em razão das circunstâncias concretas dos fatos delituosos apurados, aptas a indicar a aparente periculosidade dos agentes, ressaltando-se, ainda, a

suposta reiteração de condutas delitivas. Confira-se (e-STJ fl. 49):

Cuida-se de APDF que noticia a detenção de oito (08), nacionais, sendo cinco civis e três militares, como incursos nas penas do delito de brando armado e do crime de receptação, na forma dos artigos 180 e 288, § único, do Código Penal - com o detalhe de que dois deles também tocou a arguição de violação do preceito primário dos delitos de posse irregular e porte ilegal de arma de fogo, na forma dos artigos 12 e 14 da Lei Federal n.º 10.826/03 - tendo por pressuposto fático a arguição de que Alexandre Francisco de Sena, George Damião, Thiago Francisco da Silva, Breno Cezar Bezerra Viana, Aldo César Veloso da Silva, Adones Gomes da Silva Eufrásio, Wesley Richards Farias Barreto, Felipe Esdras de Oliveira Sales, estavam a delinquir na vizinha cidade de Bom Jardim/PE, sendo importante registrar que: a) os arguidos George, Thiago, Felipe e Alexandre, foram detidos em artéria pública no interior de um veículo Prisma, da propriedade deste último (com restrição, de acordo com informações da Comarca de Arapiraca/AL), com o detalhe de que no momento da abordagem o veículo estava estacionado nas proximidades de uma agência bancária (Bradesco) e que entre os ocupantes havia um militar, o George, armado com uma pistola calibre 40, da PMPE; b) no curso da abordagem a PMPE registrou que havia trocas de informações entre Alexandre (indivíduo que se apresenta com mais de duas condenações e diversos processos criminais em aberto, com especial destaque para roubos majorados e tráfico de entorpecentes), e a pessoa de Thiago a respeito de planejamento para ações ilícitas; c) na residência do Alexandre foi encontrado um revólver calibre 38, e um veículo ônix, objeto de crime contra o patrimônio; d) o indiciado George é policial militar envolvido em procedimento da Lei Maria da Penha e, por isto mesmo, teria, segundo ele, recebido punição, no sentido de não usar arma de fogo; estando, portanto, irregular na sua atuação, de modo a ensejar a sugestão da tipificação contida no artigo 14 do Estatuto do Desarmamento; e) os demais indiciados, Adonis, Wesley, Breno e Aldo, foram detidos também em Bom Jardim, nas proximidades de um posto de Gasolina, com o detalhe de que chegaram na cidade ocupando um Toyota Haylux SW4, da propriedade de Thiago, que estava com o outro grupo; f) dos indiciados que chegaram no veículo de luxo, estavam dois policiais militares portando suas respectivas armas de fogo, com o detalhe de que foram detidos fora do veículo e que o Wesley deixou no interior do carro munições ponto 40 e munições do calibre 380; g) no interior do veículo estava a pessoa de Breno, chaveiro que estava com todas as ferramentas de seu ofício; h) o indiciado Aldo estava fora do veículo nas proximidades de uma edificação onde foram encontradas três balacravas e um casaco

preto. Ouvidos, os indiciados da Grade Recife informaram que se deslocaram para o interior (Bom Jardim/PE), para uma festa com mulheres o fazendo em dois carros; tendo o primeiro grupo empregado um taxi (cuja corrida custou trezentos reais) e um Toyota de luxo, com o detalhe de que o seu proprietário, Thiago, a emprestou para o policial Adonis.

(...)

Neste particular, cuido de esclarecer que o bando armado tem características objetivas onde a posse de arma de fogo de um dos agentes (seja regular ou não) alcança todos os arguidos. No caso presente, temos que quatro pessoas tinham armas em seu poder, sendo três militares e um civil; este, por sinal, com diversas passagens pelo Sistema Criminal.

Quanto aos delitos previstos nos dispositivos do Estatuto do Desarmamento, é fácil constatar que a posse irregular da parte de Alexandre Francisco se apresenta sem justificativa. Por outro lado, sabemos que o retorno do PM às atividades não se dá de forma automática. Por outro lado, a ausência de informação a respeito da incidência do parágrafo do artigo 14 da Lei mencionada, não faz incidir sobre o Juízo de Reprovabilidade, uma vez que o potencial conhecimento da conduta se faz presente a partir do instante em que com a confissão do autor não se pode alegar erro de tipo.

Por outro lado, no que diz respeito a receptação, temos que dois dos três veículos noticiados apresentam restrições.

(...)

Neste aspecto, chama a atenção o fato de que os policiais autuados e mais cinco pessoas - também em dois carros e transportando maçarico e outras ferramentas - já tinha sido abordado no mês passado em Carpina, mais precisamente na data de 28 de março de 2019, dando a entender de que o grupo investe pesadamente nesta área. Fato a ser esclarecido pela Defesa junto ao juízo competente.

Com efeito, após uma análise superficial destes documentos trazidos aos autos, verifica-se, pelo menos em tese, prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria dos arguidos, especialmente por constar no auto de prisão em flagrante delito informes suficientes de que se trata de um bando armado que tem a singular participação de três militares, uma pessoa com habilidade de chaveiro e um cidadão com mais de uma condenação por roubo.

(...)

Por fim entendo que a presença de policiais militares e de

pessoa com passagem no Sistema Penal tende a revelar que a instrução criminal merece ser resguardada para que se evite que a apuração dos fatos não venha alcançar a verdade em razão de pressões decorrentes da intervenção de forças em sempre explicitadas (sic).

Nesse contexto, é relevante registrar que *se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade* (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

É certo, de todo modo, que as questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus*, por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator